

**Evocamos, hoje, o início de um conflito em que as Forças Armadas portuguesas estiveram envolvidas, durante quase 14 anos, em África. Fazemo-lo frente ao monumento “Aos Mortos da Guerra do Ultramar”, numa homenagem sentida àqueles que, entre 1961 e 1974, foram chamados a combater por Portugal e se dispuseram a perder as suas vidas pela Pátria.**

**Foi um esforço tamanho da Nação. Foram anos de incorporações sucessivas, envolvendo cerca de um milhão de jovens de todas as regiões do País que, de forma exemplar, cumpriram a sua missão por terras africanas.**

**Ao percorrer com o olhar a parede em redor do monumento, encontramos os nomes dos cerca de 9 mil portugueses mortos em campanha nessa guerra ainda bem presente para muitos de nós. Podemos, aí, rever nomes de familiares ou de amigos. E recordar, também, aqueles que, ao longo de quase nove séculos, deram a sua vida para que Portugal seja hoje uma nação livre e independente.**

**Para lá da memória, impõe-se o reconhecimento de todos os que, pela sua acção na defesa de Portugal, sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido. São merecedores de todo o nosso profundo respeito.**

**Saudamos com especial apreço, pelo muito que lhes devemos, os militares de etnia africana que, de forma valorosa, lutaram ao nosso lado. Todos, combatentes por Portugal!**

**Hoje aqui não homenageamos uma época, um regime ou uma guerra. Trata-se, simplesmente, de uma homenagem da Pátria àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores.**

**É, aliás, de toda a justiça distinguir a intervenção militar que permitiu que um País com a dimensão e os recursos de Portugal pudesse manter o controlo sobre três teatros de operações distintos, vastos e longínquos. É internacionalmente reconhecida a forma como foi concebida a estratégia da guerra e travados os combates, o que demonstra o esforço do País e dignifica a memória dos seus combatentes.**

**Os laços e as ligações resultantes da continuada cooperação entre as forças de Terra, Mar e Ar, nas operações em África, são um importante legado para os dias de hoje, devendo constituir inspiração para um emprego conjunto cada vez mais eficaz.**

**Todos têm presente a importância capital do apoio e da evacuação aérea para as operações terrestres ou, como foi o caso na Guiné-Bissau, da acção conjunta do Exército com a Marinha e os seus fuzileiros.**

**Combatentes,**

**Importa reconhecer que os soldados portugueses foram, em África, soldados de excepção. Fizeram da distância e da saudade um desafio a vencer, assumiram a falta de recursos como razão para a iniciativa e para a adaptabilidade, tomaram a juventude e os seus receios, temperados pela camaradagem e pelo patriotismo, como ingredientes para uma conduta digna e, muitas vezes, heróica.**

**É desta lembrança de uma camaradagem fortalecida em tempos difíceis de guerra que resultam, também, os convívios que anualmente juntam, nos lugares de Portugal, os antigos combatentes e as memórias dos que ficaram em África.**

**São manifestações com uma dimensão e significado sem precedentes no todo nacional.**

**É a evocação de um período que deixou uma marca indelével numa geração que herdou, desses tempos, uma consciência aguda das consequências da guerra e do reconhecimento claro das prioridades da vida.**

**Foi a capacidade de sofrimento e o exemplo de coragem das mulheres de Portugal, a quem tantos sacrifícios foram pedidos, pela ausência ou perda dos seus, e que tudo suportaram na sua solidão e nos seus silêncios, tantas vezes esquecidas.**

**Foi o enorme desafio vencido por aqueles que, regressados de África, tiveram que refazer as suas vidas, começando tudo de novo, fazendo apelo ao espírito empreendedor e à capacidade de lutar que sempre os caracterizaram. Foi toda uma rede de apoios e de afectos criada no seio das famílias e do País, que facilitaram a sua integração no tecido laboral e social, ultrapassando as muitas dificuldades criadas pelo ambiente instável que se vivia.**

**A guerra em África materializou, como salientei em 2010, no Dia do Combatente, “o fim violento de um ciclo nacional, mas que deixou, nas picadas sangrentas que trilhou, honra militar capaz de abrir o caminho a uma cooperação fraterna e frutuosa” com aqueles países irmãos.**

**Temos, hoje, a oportunidade de consolidar esta cooperação num espaço de partilha de valores, de cultura, de língua, de laços familiares e de interesses. O desafio, agora comum, é o de lutar por um futuro melhor, de desenvolvimento e de paz.**

**Às gerações mais novas, é importante transmitir o testemunho de quem enfrentou a adversidade ombro a ombro com aqueles a quem confiava a vida e por quem a daria também; o testemunho de quem conhece a relevância de valores como a solidariedade, o profissionalismo, o mérito e a honra, a família e o País.**

**País que será mais bem defendido se contar com a mais-valia da vossa experiência e da vossa participação activa, como exemplo e fonte de motivação para os mais jovens que, tendo crescido num ambiente de maior conforto e de paz, enfrentam o futuro num Mundo incerto, onde as crises e o conflito não deixam de ser uma constante.**

**Combatentes,**

**A vossa geração criou, também, as condições para que Portugal seja um País democrático, mais livre, mais solidário e mais aberto ao Mundo. Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar.**

**Como Portugueses, não haverá causa maior do que dedicarmos o nosso esforço e a nossa iniciativa ao serviço da Nação e dos combates que é necessário continuar a vencer, para promover um futuro mais justo, mais seguro e mais próspero para todos. Juntos, continuaremos a afirmar Portugal.**

**O meu bem-haja pela vossa presença, em nome dos Portugueses e de todos aqueles que hoje aqui recordamos. Foi por eles, por vós e por Portugal que aqui viemos.**

**Viva Portugal.**

-----

<http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=51708>

-----

Vídeo: Cerimónia de Homenagem aos Combatentes por ocasião do 50º Aniversário do início da Guerra em África

<http://www.presidencia.pt/?#p51755>

```
<object width="480" height="294"><param name="movie" value="http://www.presidencia.pt/player.swf"></param><param name="allowFullScreen" value="true"></param><param name="FlashVars" value="file=http://www.youtube.com/watch?v=dDAPmbUcckQ&image=http://www.presidencia.pt/archive/img/PR_110315_V01.jpg"></param><embed src="http://www.presidencia.pt/player.swf" type="application/x-shockwave-flash" allowfullscreen="true" FlashVars="file=http://www.youtube.com/watch?v=dDAPmbUcckQ&image=http://www.presidencia.pt/archive/img/PR_110315_V01.jpg" width="480" height="294"></embed></object>
```

## O 15 DE MARÇO DE 1961 A 50 ANOS DE DISTÂNCIA

16/3/11

A data de 15 de Março de 1961 representa para os portugueses, o início do terrorismo em larga escala, que se abateu sobre a então província de Angola, território português onde Diogo Cão pela 1ª vez colocou um padrão, em 1483. Este ataque configurou um verdadeiro genocídio, que em nada fica atrás à gravidade do que ocorreu no atentado às torres gémeas em Nova Iorque.

Os responsáveis por (alguns) genocídios passaram a ser julgados em tribunais internacionais e esses crimes não prescrevem...

Este ataque traiçoeiro, engendrado fora de portas e com apoios vários, deu origem a uma luta de guerrilha e de contra guerrilha que durou 14 anos, estendendo-se à Guiné (1963) e Moçambique (1964). Foi, sem dúvida, pela sua grandiosidade e consequências, a ocorrência mais marcante de todo o século XX da nação lusa.

À Liga dos Combatentes, a que se associou o governo, através do Ministro da Defesa, e a Presidência da República, pela figura do mais alto magistrado político, coube organizar os eventos de modo a não deixar passar os 50 anos da efeméride, no olvido.

Chamou-se às cerimónias uma “Evocação do Esforço da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas na guerra do Ultramar (sublinhados nossos), o que parece uma designação feliz. Dividiram-se os eventos entre uma missa nos Jerónimos; uma cerimónia junto ao monumento dos Combatentes, em Pedrouços e uma sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa que, em boa hora, se associou ao acto.

À parte o escasso público e deficiente cobertura mediática tudo correu bem.

Tudo, com uma excepção: a homilia, deslocada, incongruente, acre e historicamente falsa, do Bispo D. Januário, que presidiu à Eucaristia.

O Sr. Bispo é bem conhecido, pelo que pensa, diz e faz, logo a responsabilidade do insucesso deve ser partilhada por quem o convidou.

Sua Eminência foi convidado para invocar o esforço da Nação e das Forças Armadas (estas fazem parte daquela), se não concordava com tal não devia ter aceite o encargo.

Ao invés disso, resolveu agredir a Nação e as FAs, ao condenar subliminarmente o seu esforço; ao fazer um julgamento político do Estado e lançando sobre todos o anátema da guerra injusta.

A ele bem se pode aplicar a célebre frase de Jesus no Gólgota: “Pai, perdoa-lhes que eles não sabem o que fazem”.

Não podemos no espaço de umas linhas, analisar toda a penosa homilia que à excepção, talvez, do ministro Santos Silva, já libertou os presentes das penitências da Quaresma. Mas vamos tentar embaciar o brilho de alguns das mais nacaradas pérolas com que S. Ex.<sup>a</sup> nos brindou.

Primeiro e simples ponto: a nação portuguesa, melhor ou pior representada politicamente pelo seu estado, foi atacada interna e externamente por meios políticos, diplomáticos, militares e através de violências várias. Todos os indivíduos e povos têm direito à legítima defesa e foi isso que nós todos fizemos: defendemo-nos. A Igreja, aliás, é a primeira a reconhecer esse direito. E o Concílio Vaticano II sempre tão evocado por S. Ex.<sup>a</sup>, é bem claro em defender as forças militares, que disso bem se desempenhem (Gaudium et Spes, 79). E quem está do nosso lado é dos nossos; quem está do lado contrário é inimigo; e quem é da nossa família e se passa para o inimigo é traidor. Isto é linear e não oferece qualquer dúvida.

Por isso não se entendem os trocadilhos que o Sr. Bispo fez sobre esta questão, a não ser pela confusão que lhe habita a mente. E esta confusão não é a única: afirmou, por exemplo, que “foi nas matas de África que o governo de Lisboa caiu”, não foi nada, foi por via da subversão, de origem marxista, que se instalou na Metrópole e que o governo de Marcelo Caetano não soube e, ou, quis combater.

Querendo insinuar que a maioria da população ou dos que serviram nas fileiras, estavam na guerra a contragosto, sempre foi dizendo que uns cumpriram por convicção e outros com rebeldia, uns a gosto e outros menos... Bom, Sr. Bispo, desde D. Afonso Henriques que existe o dever militar e nem sempre ele é cumprido com a melhor mente e ninguém são de espírito gosta de ir para a guerra. Mas, às vezes, sabe Sr. Bispo, é preciso. Aliás, o senhor deve perceber estas coisas bem, como tem o dever de obediência canónica, certamente já fez ou disse muitas coisas com que não concordava. Atrevo-me a dizer isto pois já o vi criticar, em público, Sua Santidade, o Papa.

E nem se entende, à face do que disse, como é que se ofereceu para acompanhar as tropas, como capelão, em 1961...

Por outro lado, D. Januário apelou muito à Paz. Está certo, nós devemos apelar à Paz. Mas lembro ao Sr. Bispo que a paz sem justiça não é paz, é iniquidade; que a paz dos cemitérios só interessa aos mortos e que a cobardia ou a recusa à defesa nos leva para a “paz” dos escravos. O “céu”, Excelência, só existe no céu, não na terra. Se a terra é o inferno ou não, deixo aos teólogos decidir...

Por isso exigir a Paz vale tanto como afirmar na Constituição da República que todos nós temos direito à saúde, ao trabalho, à habitação, etc., olhe temos direito a tudo... mas, de facto, temos muito pouco e temos que lutar por isso.

Não se compreende até, que o senhor, como Bispo das FAs e de Segurança, não exige o imediato regresso dos militares que temos espalhados por esse mundo fora a correrem, como Mouzinho dizia, “perigos, fomes e sedes...”

E queira fazer o favor de notar que nenhum deles está a defender as suas fronteiras físicas ou a segurança da população a que pertence. Como, “de facto”, e “de jure”, estiveram as centenas de milhares de jovens portugueses que lutaram na refrega que ora invocamos – como, aliás, muitos mais o tinham feito nos últimos cinco séculos.

Finalmente o senhor bispo veio invocar os exemplos da Igreja, durante o citado conflito. Foi mais uma vez infeliz e amargo.

Começou por louvar a acção dos Bispos de Nampula, Beira e Luanda na sua oposição ao regime. Concedamos-lhe a graça da boa intenção, isto é, de terem pautado a sua actuação pelo melhor que sentiam para o seu rebanho. Só lhe faltou elogiar os padres da Lixa, Felicidade Alves e Fanhais que, de tão bons católicos que eram, rapidamente deixaram o ministério. Saudou ainda os religiosos que ajudavam as populações gentílicas e ignorou, convenientemente todos aqueles que estando em nossa casa, ajudaram a, e à subversão.

Mas o Sr. Bispo sabe tão bem como eu, que a esmagadora maioria da hierarquia, dos padres e religiosos e ainda os capelães (já agora, foi a I República que acabou com a assistência religiosa às tropas...), se mantiveram firmes na defesa da causa nacional portuguesa. Porque é que nem sequer lhes fez referência?

E, Sr. D. Januário, convenhamos que a Santa Sé, sobretudo durante o ministério de Paulo VI, não se portou bem para com Portugal. Afinal, nós é que somos a “Nação Fidelíssima”, não eram os movimentos marxistas que lutavam contra nós...

A Santa Sé, indo nos mitos dos ventos da História, deixando de acreditar que o governo de Lisboa perseverasse, passou a balancear e a fazer jogo duplo para tentar manter a influência em todos os tabuleiros. Foi pragmático mas não foi bonito nem cristão. Aliás, nada disto era novo para nós: durante muitas décadas, por via da

Propaganda Fidei e outras, tentaram retirar-nos o Padroado do Oriente, cujo magistério exercemos, diligentemente, durante séculos.

Por tudo isto, Sr. Bispo D. Januário, tanto nós como o Altíssimo temos muito que lhe perdoar. E estamos dispostos a fazê-lo: Ele porque a sua misericórdia é infinita, e nós por dever de cristandade. O problema é que V.Ex<sup>a</sup> se tem mostrado relapso ao arrependimento.

Parafrazeando uma frase assassina com que o Prof. Salazar brindou D. António, Bispo da Invicta e vosso alter ego, “possui demasiada cultura para a inteligência que tem”, também se poderá dizer que V. Ex.<sup>a</sup> tem demasiados conceitos na cabeça e demasiado errados, para aquilo que consegue processar.

Respeitosamente,

Seu

João José Brandão Ferreira  
TCor/Pilav (Ref.)

# Cavaco desafia jovens a seguirem exemplo dos que combateram na Guerra de África

**DISCURSO** Falando na cerimónia evocativa do 50.º aniversário do início do conflito em África, o Presidente da República declarou: "Im-

porta que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo des-

prendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar. Na sua pá-

gina do Facebook, o líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, apressou-se a criticar a posição de Cavaco Silva. **PORTUGAL** PÁG. 10

## Cavaco e o Ultramar

A frase de Cavaco Silva é longa mas merece ser lida com atenção: "Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo despreendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar." O Presidente da República falava ontem em Lisboa durante a cerimónia que assinalou o 50.º aniversário do início da Guerra Colonial, começada em Angola mas travada depois também em Moçambique e na Guiné-Bissau.

Mas, no seu desejo de elogiar os cerca de um milhão de portugueses enviados a combater no então chamado Ultramar, Cavaco Silva avançou com essa comparação infeliz, desafiando os jovens de hoje, que são capazes de se mobilizar por vontade própria e livres sobretudo de o fazer, a seguirem o exemplo daqueles que quando tinham a sua idade, entre 1961 e 1974, eram pura e simplesmente obrigados pela ditadura a partir para combater nos confins do império.

Cavaco Silva, que já como Presidente da República teve a oportunidade de regressar a esse Moçambique onde esteve como oficial miliciano de 1962 a 1965, tem obrigação a todos os níveis de saber o que foi a guerra. E se para os jovens de hoje é quase inimaginável o que significava ser chamado a combater em África há 40 ou 50 anos, já para os portugueses que passaram pela guerra é óbvio o acto falhado da comparação feita, ainda mais por alguém que é também Comandante Supremo das Forças Armadas.



Presidente da República deposita coroa de flores no Monumento aos Combatentes do Ultramar



Bispo castrense e ministro da Defesa, após missa nos Jerónimos

## Cavaco elogia exemplo de jovens que fizeram guerra

**Polémica.** Louçã critica discurso do Presidente nos 50 anos do início da guerra em África

MANUEL CARLOS FREIRE

O Presidente da República enalteceu ontem "a coragem, desprendimento e determinação" dos portugueses enviados há 50 anos para a guerra em Angola, apresentando-os como exemplo para os jovens de hoje — e abrindo uma nova polémica política.

Discursando em Lisboa na cerimónia evocativa do 50.º aniversário do início do conflito em África, Cavaco Silva declarou: "Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar".

Na sua página da rede social Facebook (opção que também remete para a actualidade política, ao copiar a forma como Cavaco Silva reagiu às interpretações do seu discurso de posse, no dia 9), o líder do Bloco de Esquerda criticou a posição presidencial. "Os jovens de hoje não têm nenhum exemplo a recuperar do 'empenho' de quem foi para uma guerra, suicidariamente mantida por uma ditadura, sem poder dizer uma palavra sobre o assunto. Os militares que o puderam fazer, aliás,

Cavaco Silva esteve dois anos em Moçambique

pegaram em armas para devolver a democracia e poder de decisão aos portugueses, um acto libertador que levou a liberdade a quem se batia pela sua autodeterminação noutro continente".

Para Francisco Louçã, "era esse o exemplo que hoje importava invocar aos jovens que nasceram em democracia e paz, e não a 'determinação' forçada por um regime ditatorial que acabou sem deixar saudades".

O deputado do CDS-PP João Rebelo, vice-presidente da Comissão de Defesa, disse "achar" que o Presidente estava a apelar ao espírito de sacrifício com que muitos jovens foram para África, sem poder escolher e obrigados, pois o País está a precisar desse espírito".

O presidente da Associação 25 de Abril e um dos líderes do movimento dos capitães que derrubou o Estado Novo, coronel Vasco Lourenço, também comentou o caso ao DN (aludindo implicitamente ao apelo do Presidente à juventude, no referido discurso de reinstituição): "Alerto é para que os jovens actualmente estejam atentos, para que não os façam embarcar em missões sem sentido como a guerra colonial".

Cavaco Silva — que cumpriu uma comissão em Moçambique, como oficial miliciano do Exército — fez questão de "reconhecer que os soldados portugueses foram, em África, soldados de excepção. Fizem da distância e da saudade um desafio a vencer, assumi-

"*Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar*"

CAVACO SILVA  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ram a falta de recursos como razão para a iniciativa e para a adaptabilidade, tomaram a juventude e os seus receios, temperados pela camaradagem e pelo patriotismo, como ingredientes para uma conduta digna e, muitas vezes, heróica".

"As gerações mais novas, é importante transmitir o testemunho de quem enfrentou a adversidade ombro a ombro com aqueles a quem confiava a vida e por quem a daria também; o testemunho de quem conhece a relevância de valores como a solidariedade, o profissionalismo, o mérito e a honra, a família e o País", sustentou o Presidente da República, precisando que "não homenageamos uma época, um regime ou uma guerra. Trata-se, simplesmente, de uma homenagem da Pátria àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores".

"É, aliás, de toda a justiça distinguir a intervenção militar que permitiu que um País com a dimensão e os recursos de Portugal pudesse manter o controlo sobre três teatros de operações distintos, vastos e longínquos. É internacionalmen-

te reconhecida a forma como foi concebida a estratégia da guerra e travados os combates, o que demonstra o esforço do País e dignifica a memória dos seus combatentes", referiu o comandante supremo das Forças Armadas, que descerrou uma placa alusiva ao início da guerra em África.

Essa cerimónia de âmbito nacional organizada pela Liga dos Combatentes — que, ao contrário das associações de veteranos, inicialmente não convidou as dos militares (oficiais, sargentos e praças) no activo, pelo que estas optaram por depor horas depois as respectivas coroas de flores — foi antecedida por uma missa no Mosteiro dos Jerónimos e encerrada com uma sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa.

## Bispo militar pede soluções para antigos combatentes

**RECONHECIMENTO** O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas manifestou-se "extremamente reconhecido pelas palavras genuínas" que o Presidente da República "proferiu em relação a quem andou a combater pela Pátria".

O general Luís Araújo falava no final da cerimónia comemorativa do 50.º aniversário do início da guerra em África (*ver texto principal*), a qual incluiu uma missa no Mosteiro dos Jerónimos a cargo do bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, que insistiu na necessidade de apoiar os antigos combatentes:

### GUERRA COLONIAL

#### Um milhão de soldados para África

O conflito armado em África, também conhecido como Guerra do Ultramar ou Colonial, obrigou quase um milhão de soldados portugueses a ir para as então províncias de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique entre 1961 e 1974, com o objectivo político da defesa daquilo que então se considerava território nacional "do Minho a Timor". Segundo os dados oficiais, as três frentes de combate causaram a morte de 8290 militares. Muitos mais ficaram com diferentes graus de deficiência (física e ou psicológica), havendo dezenas que ainda esperam a conclusão dos respectivos processos — apesar de, em 2007, o presidente do Parlamento se ter insurgido contra a falta de respostas do Estado a esses cidadãos.

"É um problema nacional herdado da guerra do Ultramar. Sempre que se falar da guerra do Ultramar tem que se falar em solucionar a questão dos antigos combatentes. Em vez de paixões, de agressividades retóricas, de gente que se exalta não sei porquê, bem mais conseqüente seria lançar mão aos sofrimentos e aos injustiçados."

O bispo, citado pela Lusa, referia-se em particular aos que não conseguiram alcançar "o respeito da justiça e de gratidão" devido aos "condicionalismos da debilidade física, psicológica e de situações económico-sociais" vividas no regresso a casa.

# Cavaco pede aos jovens empenho de antigos combatentes

Pub - 16Mar2011 pág.10

Luciano Alvarez

● Francisco Louçã, coordenador do Bloco de Esquerda (BE), acusou ontem o Presidente da República de estar em “guerra com o passado”, devido ao facto de Cavaco Silva ter desafiado os jovens a empenharem-se em “missões e causas essenciais ao futuro do país” com a mesma coragem e “determinação” dos militares que participaram há 50 anos “na guerra do Ultramar”.

Numa cerimónia de homenagem aos antigos combatentes, ontem, em Lisboa, Cavaco disse: “Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar.” Não existe “causa maior” do que dedicar o

esforço e a iniciativa “ao serviço da nação e dos combates que é necessário continuar a vencer para promover um futuro mais justo, mais seguro e mais próspero”, prosseguiu o Presidente, citado pela agência Lusa.

Louçã não gostou do que ouviu e, na sua página na rede social Facebook, escreveu que as declarações do Presidente da República sobre a guerra colonial, “nas quais pretendeu ‘distinguir a intervenção militar’ e elogiar o ‘desprendimento e determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar’, constituem um nada recomendável exercício de reescrita da história”. “Cavaco Silva está em guerra com o passado. Só assim se compreende que compare as Forças Armadas de hoje com as da ditadura e do colonialismo, no que foi uma guerra injusta e condenada por

todas as instâncias internacionais”, acrescentou.

O deputado bloquista argumentou que “os jovens de hoje não têm nenhum exemplo a recuperar do ‘empenho’ de quem foi para uma guerra, suicidariamente mantida por uma ditadura, sem poder dizer uma palavra sobre o assunto”. E continuou: “Os militares que o puderam fazer, aliás, pegaram em armas para devolver a democracia e poder de decisão aos portugueses, um acto libertador que levou a liberdade a quem se batia pela sua autodeterminação noutra conti-



Francisco Louçã acusa Cavaco Silva de comparar “as Forças Armadas de hoje com as da ditadura e do colonialismo”.

nente.” Para Louçã, “era esse o exemplo que hoje importava invocar aos jovens que nasceram em democracia e paz, e não a ‘determinação’ forçada por um regime ditatorial que acabou sem deixar saudade”.

Na sessão que assinalou os 50 anos do início da guerra em África, que decorreu no Forte do Bom Sucesso, o Presidente da República sublinhou ainda que o país deve “reconhecimento” aos antigos combatentes, notando que, “para lá da memória, impõe-se o reconhecimento de todos os que, pela sua acção na defesa de Portugal, sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido”.

“São merecedores do nosso profundo respeito”, acrescentou, saudando também “com especial apreço” os militares de etnia africana que de “forma valorosa” lutaram ao lado dos portugueses.

# Manuel Alegre acusa Cavaco de alterar a História

**Combatentes.** Generais Loureiro dos Santos e Pezarat Correia divergem sobre palavras do PR

JOÃO CÉU E SILVA  
e MANUEL CARLOS FREIRE

O discurso de Cavaco Silva na cerimónia do 50.º aniversário da guerra em África, terça-feira, irritou Manuel Alegre, que, ao DN, fez questão de considerar que a "exaltação da Guerra do Ultramar" nos termos em que a fez o Presidente da República é contrária ao espírito e à letra da Constituição.

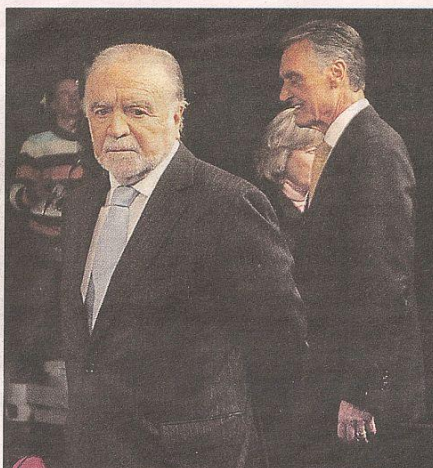
O ex-candidato presidencial vai mais longe e afirma que as palavras de Cavaco Silva vão contra "a Constituição que ele recentemente jurou cumprir e fazer cumprir".

Esta é a primeira declaração pública de Manuel Alegre, após o acto eleitoral de 23 de Janeiro, momento desde o qual se remeteu ao silêncio político.

Manuel Alegre acusa também o Presidente de estar a fazer uma re-

visão da História e de não compreender as razões que obrigaram os jovens de então a participar no conflito: "Uma coisa é o respeito por todos os que foram à guerra, uns por convicção, muitos outros — a maior parte — obrigados e contrariados. Outra coisa, muito diferente, é a revisão da História."

Para além de acusar o Presidente da República de estar a falar à Constituição e de, em simultâneo, emprender uma revisão do passado, Manuel Alegre faz questão de lembrar ao Presidente que "esta República, para cuja Presidência foi reeleito, nasceu da luta contra a ditadura e contra a Guerra Colonial". E, aconselha, que "é esta a memória e a pedagogia que um presidente deveria transmitir aos jovens", em vez de que esteve na origem da polémica resultante das suas palavras no discurso do passado dia 15, junto ao Monumento



Alegre fala pela primeira vez desde as eleições para criticar Cavaco

aos Combatentes do Ultramar.

Anível militar, o general Loureiro dos Santos diz que as palavras do Presidente não constituem "um juízo sobre a guerra", se foi justa ou incorrecta. "Tem que ver com a disponibilidade dos jovens para responder à chamada quando a Pátria chama", observa o ex-ministro da Defesa e antigo chefe militar,

adiantando: "É para fazer serviço público, estar ao serviço da Pátria."

Acresce que a maioria dos jovens enviados para a guerra "não sabia distinguir o regime político e lutavam "pela Pátria", sublinha.

Posição diferente tem o general Pezarat Correia, ao considerar que "do discurso do Presidente fica uma grande ambiguidade, que pa-

## FRASES POLÉMICAS ?!

"*Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do País com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na Guerra do Ultramar*"

"*É internacionalmente reconhecida a forma como foi concebida a estratégia da guerra e travados os combates, o que demonstra o esforço do País e dignifica a memória dos seus combatentes*"

CAVACO SILVA  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

rece extremamente censurável e pouco pedagógica: dá praticamente a entender que era uma guerra justa". Mais, o Presidente "não pode esquecer que a estratégia serve a política" e, nos termos em que elogiou a forma como a guerra foi conduzida, "está a louvar a política da guerra" e do regime que a declarou.

Quinta-feira, 17 de Março de 2011, Ano XXII, n.º 7649, 1.º  
Directora: Bárbara Reis  
Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Gaspar  
Directora executiva Online: Simone Duarte. Directora de Arte: Sónia Matos  
www.publico.pt

Qui 17 Mar Edição Lisboa



## A guerra colonial pode inspirar os jovens como diz Cavaco? P2

Cavaco Silva elogia exemplo de jovens que fizeram guerra colonial

### Cavaco Silva elogia política colonial de Salazar

<http://tabancadeganture.blogspot.com/>

(...) Cavaco Silva, além de fazer uma interpretação errada da História, efectuou igualmente um elogio — sem o citar, claro — ao papel desempenhado pela ditadura de António Salazar, que esfacelou uma parte da juventude portuguesa numa guerra injusta, ao mesmo tempo que atolou o País na lamaçada da depressão económica e expulsou cerca de um milhão de portugueses para a emigração. (...) E ao fazer este apelo, o actual Chefe de Estado está a renegar, exactamente, todos aqueles que fizeram e participaram no 25 de Abril de 1974, justamente para acabar com um guerra (...). O combatente português foi carne para canhão ao serviço do regime ditatorial de Salazar e Caetano e desprezado mais tarde, por falta de apoio, por todos aqueles que

estiveram até agora no poder no pós-25 de Abril.

### O presidente de todos os colonos

<http://aventar.eu/>

(...) Há todo um apelo à mais pura infâmia, à cobardia dos que não desertaram e partiram para matar, à determinação salazarista que levaria Portugal à catástrofe colonial. Salazar é sem dúvida o herói deste Cavaco, que lhe segue os passos no que pode, e nós deixamos.

### As ideias de Cavaco e o que ele espera da juventude

<http://apombalivre.blogspot.com>

(...) Para Cavaco Silva, a Guerra Colonial foi feita por jovens que decidiram seguir a injusta guerra fascista de Salazar. Sim, claro que era possível que metade dessa juventude perdida talvez sentisse desse modo. Mas sabemos, sem margem para dúvida, que mais de metade dos jovens que ali combateram

odiava essa guerra e os que a ela os conduziram. Ora essa metade da juventude portuguesa nunca interessou a Salazar. E está mais que visto, também não interessa a Cavaco.

### Jovens determinados e desprendidos

<http://arrastao.org/>

Por aquilo que tantos ex-combatentes foram obrigados a sofrer sob os caprichos da ditadura, pela absurda defesa da Guerra Colonial como uma missão patriótica tanto tempo depois do 25 de Abril, é absolutamente incompreensível que este "apelo" de Cavaco Silva (...). Seria absolutamente incompreensível que nenhum actor político relevante visse nestas declarações razão suficiente para a demissão de Cavaco.

### Conta-me como foi

<http://daliteratura.blogspot.com/>

(...) Não sei o que pensam os embaixadores de Angola, da Guiné e de Moçambique acreditados em

Lisboa. Mas sei o que pensam os milhares de desprendidos que sobreviveram a catorze anos de guerra. (...)

### Cavaco está fora de prazo!

<http://cantigasdomaio.blogspot.com/>

(...) Cavaco Silva deve ter-se "esquecido" que, felizmente, a Guerra Colonial acabou há 36 anos e já vivemos há outros tantos numa democracia (mesmo que às vezes não pareça). Definitivamente, quem aponta como exemplo para os jovens de hoje um infausto acontecimento da nossa história (...), no qual a esmagadora maioria dos militares foi obrigada a participar, não tem estatura política para ser chefe de Estado de um país democrático. De resto, isto não chega a ser surpreendente, vindo de quem, em 1989, como primeiro-ministro, foi capaz de atribuir uma pensão "por serviços excepcionais e relevantes" a dois inspetores da antiga PIDE/DGS (...) e a recusou ao capitão de Abril, Salgueiro Maia. É "apenas" absolutamente lamentável. (...)

# Apelo de Cavaco aos jovens

O Presidente falou na "coragem", no "desprendimento" e na "determinação" dos jovens que combateram em África como exemplo para os jovens de hoje. Há quem se sinta insultado e há quem elogie a "coragem" de Cavaco Silva. *Por Alexandra Prado Coelho*



Cavaco Silva na cerimónia de homenagem aos combatentes do Ultramar em Évora

• "Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar." As palavras foram estas. Para quem falou Cavaco Silva, na terça-feira, na cerimónia do 50.º aniversário do início da guerra em África? Que país o ouviu? Terão muitos portugueses entendido as palavras do Presidente como um insulto? Terão muitos jovens ficado mobilizados por elas? Uma coisa parece certa: as palavras de Cavaco dividem opiniões. "Há dois países", diz a realizadora Raquel Freire, um dos rostos do movimento Geração à Rasca. "Há um Portugal que ficou preso antes de 1974, pequenino, mesquinho, amedrontado, e um Portugal novo, que teve acesso a estudos e que já cresceu em liberdade. Para este Portugal, a defesa da guerra colonial

e de uma missão patriótica é uma ofensa muito grave." Leitura diametralmente oposta é a do deputado social-democrata e historiador José Pacheco Pereira: "Não me parece que o discurso do Presidente tenha alguma coisa que não se possa dizer. O Presidente faz parte de uma geração que participou na guerra e que merece o nosso respeito. Se isso pode ajudar os jovens a compreender que há circunstâncias que exigem o sacrifício último, isso é positivo." Cavaco Silva cumpriu o serviço militar como oficial miliciano do Exército, entre 1962 e 1965, em Lourenço Marques, actual Maputo. Pacheco Pereira continua: "Não acho mal que se apele ao patriotismo. Acho até que falta [isso]. No essencial da relação entre a pessoa e o país está em última análise um ethos de carácter militar, uma noção de pertença, de serviço cívico." E um apelo deste tipo terá algum eco junto dos jovens de hoje? "Há jovens que

olham para a instituição militar com respeito e admiração. Não serão muitos, mas existem." O que o comentador acha essencial é que não se crie uma dicotomia que considere os que foram à guerra bons e os que estiveram contra ela maus, ou vice-versa. "Eu estive contra a guerra colonial, mas não contra os que a combateram. Estive contra a decisão política." **"Situação parecida"** As palavras de Cavaco Silva indignaram o escritor Mário de Carvalho, militante antifascista, que se exilou e regressou ao país depois do 25 de Abril de 1974, e cuja obra tem reflectido sobre a guerra colonial. "O Presidente da República está a ser igual a si próprio. Ele nunca teve uma palavra de apreço por aqueles que lutaram contra o fascismo. Ele próprio fez parte de um conjunto de portugueses conformados e, posso mesmo dizer, que colaboraram, de forma passiva,

com um dos regimes mais sinistros que houve na nossa História", avalia. Cavaco não estava a "apoiar as razões da guerra em África", frisa, por sua lado, o general Loureiro dos Santos. "Estava a apoiar os jovens que se sacrificaram pela pátria, e não para defender Salazar ou o Estado Novo. Foram jovens que entenderam que a pátria precisava deles." Um exemplo que, acredita o general, pode ter eco na juventude actual. "Hoje estamos numa situação parecida. Não há guerra, mas há uma crise que está a pôr em causa a soberania nacional." João Labrincha, outro dos organizadores dos protestos da Geração à Rasca, mostra-se cauteloso. "Sou um pacifista. Respeito muito as pessoas que combateram, mas não me identifico. Além disso, julgo que a maior parte das pessoas foi obrigada a ir combater. Não foram voluntariamente." Cavaco fala no exemplo de

"coragem", "desprendimento" e "determinação" desses antigos combatentes. O que diz isso aos jovens de hoje? "Não é comparável", afirma Labrincha. "O que precisamos é de muita criatividade e muita persistência para atingirmos os nossos objectivos." Raquel Freire sente-se profundamente indignada. "Quem está no poder tenta sempre apelar aos jovens. No caso de Cavaco, isso é feito de forma descarada e vergonhosa. As afirmações que faz são fascistas - insulta todos os que sofreram durante anos e os que tiveram que mudar as suas vidas para não combaterem numa guerra com a qual não concordavam. É uma monstruosidade." O discurso de Cavaco levanta duas questões. A primeira tem a ver com a legitimidade de se falar em "desprendimento" e "determinação" relativamente aos jovens que há 50 anos partiram para África. A segunda

## dividiu os portugueses

tem a ver com a relevância de citar a guerra colonial como exemplo para os jovens. Jaime Nogueira Pinto, que foi como voluntário para África, elogia a "coragem" do Presidente ao referir-se à guerra, "o acontecimento político chave" de uma geração, e que, "como todo o acontecimento político, divide - e ainda divide - a sociedade portuguesa." Normalmente, "os políticos cautelosos evitam falar destes acontecimentos", e se houve milhares de jovens milicianos a combater, "alguns fizeram-no com entusiasmo, outros recusaram por princípio ideológico e desertaram". Mas, acrescenta, "a maioria foi para cumprir um dever", e aí "mostraram sentido de sacrifício e capacidade de auto-superação". E foi "desta maioria silenciosa" que o Presidente falou. António Costa Pinto, historiador, especialista no fascismo, lembra que o discurso presidencial tinha como platéia os antigos combatentes, uma audiência "mais sensível a um discurso mais conservador sobre a guerra". Mesmo assim, considera que as palavras de Cavaco constituem "uma ruptura em relação ao que tem sido a prudência dos discursos dos presidentes quanto à guerra colonial". O próprio Cavaco nunca tinha ido tão longe. "Mesmo quando estive em Moçambique ou quando



Manifestação da Geração à Rasca no passado dia 12, em Lisboa

prestou declarações sobre a sua participação na guerra, mostrou-se geralmente mais prudente." Mas parece-lhe evidente que, "hoje em dia, não tem impacto propor valores destes à juventude, esta referência ao passado não é mobilizadora no presente." Quanto à mobilização dos jovens nos anos 60, "toda a pesquisa académica indica que só uma pequeníssima minoria se mobilizou ideologicamente pela guerra". O apelo de Cavaco divide também, como seria previsível, as juventudes partidárias. "Foram declarações muito infelizes, dizer que a

**As palavras de Cavaco constituem "uma ruptura em relação ao que tem sido a prudência dos discursos dos presidentes quanto à guerra colonial", diz António Costa Pinto**

determinação e entrega dos jovens que combateram na guerra colonial são exemplos a seguir pela juventude actual", diz o secretário-geral da Juventude Socialista, Pedro Alves. "É esquecer que os jovens que foram chamados para a guerra viram aí a sua vida desperdiçada, num conflito inútil". A mensagem do Presidente "está a ser desvirtuada pela Esquerda, criando um caso onde ele não existe", reage Duarte Marques, presidente da Juventude Social Democrata. "Já na tomada de posse, Cavaco Silva citou o exemplo dos jovens que fizeram o 25 de Abril. A nossa geração tem agora o direito de votar, devendo-o a outra geração de jovens, a dos nossos pais, que derramaram sangue para conquistarem o 25 de Abril." A Juventude Comunista acredita que os jovens "de hoje contribuirão para romper com as actuais políticas e construir uma vida melhor, assim como os jovens combatentes lutaram contra o fascismo em Portugal e também construíram o 25 de Abril", diz em comunicado. Já para José Soares, do Bloco de Esquerda, "são declarações que cheiram a mofo e que são até insultuosas". Com elas, o Presidente "mostrou que está muito distante das preocupações dos jovens", ao "elogiar uma situação em que os

jovens eram obrigados a ir para a guerra sem poderem dizer uma palavra". É "fácil" hoje fazer uma avaliação do que foi a guerra, defende Michael Seufert, presidente da Juventude Popular. "Mas, na altura, era comumente aceite que se tratava de defender os portugueses que viviam nas colónias face aos massacres. Independentemente de a guerra ser justa, é de valor citar o exemplo para os jovens de hoje." O historiador Pedro Aires de Oliveira, especialista no período colonial, lembra que na época não havia estudos de opinião nem sondagens para se saber o que pensavam os jovens que partiam para o Ultramar, mas a correspondência de muitos revela que, se "no início há uma maior permeabilidade em relação à retórica do regime, depois há um progressivo desencanto e cepticismo". Aires de Oliveira vê nas palavras de Cavaco "um apelo à disciplina e ao conformismo", que não considera "muito coerente com o impulso cívico que levou as pessoas à manifestação" de dia 12. "É parece-me muito difícil, à luz da nossa cultura política democrática, encerrar a guerra colonial como algo que possa ser um veículo para melhorar a auto-estima dos portugueses." **Com Sérgio C. Andrade**

# Lamentável é a ingratidão



Pedro Lomba

A guerra colonial começou há 50 anos. Não é do meu tempo. Só não tem o significado da guerra do Peloponeso, porque, digamos, foi uma guerra que envolveu Portugal, e Portugal sempre é o país onde nascemos. É difícil falar dela sem ceder às brigadas do politicamente correcto. Não foi o caso do Presidente da República, que, numa cerimónia de homenagem aos antigos combatentes, invocou o exemplo da “coragem” e do “desprendimento com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar”.

Isto, que em qualquer democracia digna não mereceria mais do que uma nota de pé de página, no nosso Portugalinho ainda não se pode dizer. O policiamento a que somos invariavelmente sujeitos deprime. A terreiro tinha logo de vir o Danton do burgo, Francisco Louçã, criticar Cavaco por “reescrever a História” e “distinguir a intervenção militar”. E acrescentou a seguir o líder do Bloco de Esquerda: “Cavaco Silva está em guerra com o passado. Só assim se compreende comparar as “Forças Armadas de hoje com as da ditadura e do colonialismo.”

Nunca me ocorreu fazer o

mais leve reparo sobre aqueles que, tendo sido forçados pelo regime a combater uma guerra de que discordavam frontalmente, resolveram desertar, fugir ou exilar-se. (Recordo que essa infâmia foi arremessada contra Manuel Alegre nas últimas presidenciais.) Não é só por falta de legitimidade histórica ou política. Por uma questão básica de respeito: eles tinham convicções e se há exercício que testa genuinamente a consciência liberal de uma pessoa é esse. Nenhum Estado, nem mesmo numa democracia quanto mais numa ditadura, pode dispor em absoluto das convicções de consciência de uma pessoa. E não preciso dizer que muitos são credores do nosso agradecimento: lutaram por uma democracia que, apesar de ter chegado a este estado doentio, será sempre superior às alternativas.

Por elas mesmas razões, tenhamos a coragem de “vestir a pele” dos muitos portugueses nascidos na década de 30-40 que tomaram a decisão precisamente contrária. Melhor, que não tomaram qualquer decisão, porque encararam a participação na guerra como um facto inevitável. Foram muitos. Entenderam que o seu dever era estar ali. Fizeram-no pagando um preço pessoal elevado. Para a maioria, presumo, não era Salazar nem Caetano. Eram eles próprios, era o sentido do dever, da dignidade e da sobrevivência. Muitos eram milicianos, não eram bem-nascidos nas burguesias de Lisboa como o próprio Louçã e outros,

não tinham tempo para pensar em política. E o que tem Louçã para dizer a esses portugueses: que estavam enganados, que todo aquele empenho, coragem e honra não merecem nenhum respeito, reverência ou admiração. Que eles não são, nem podem ser exemplo para ninguém. É isto que a cabeça totalitária de Francisco Louçã tem para lhes dizer.

Pois, como outros dizem, não apaguem a memória. Os antigos combatentes são mesmo um exemplo. E isto, repito, não é reescrever a História. A História está escrita. Tem sido escrita. Não pode é ser a História contada pelos que dela se apropriaram.

Se Louçã percebesse, já não digo valorizasse, um mínimo da ética militar, um mínimo da continuidade de valores que deve animar um país, não diria que existiam umas Forças Armadas da “ditadura e do colonialismo” e outras da democracia. Existia um regime da ditadura, tal como existe outro regime da democracia. Sim, não são iguais. Mas o dever militar, que, entre outras coisas, requer obediência e prontidão, esse tem de ser o mesmo. A culpa e a responsabilidade pertencem aos políticos. Os portugueses impreparados que irresponsavelmente partiram para a Flandres em 1918 sabiam disso.

Louçã e companhia, na sua falta de gratidão e respeito pelo passado, gostariam de esconder os antigos combatentes, fechá-los num armário para que eles não apareçam, porque são a memória de um tempo iníquo. E dizem-se eles democratas e liberais. Não vejo onde. *Jurista*

# 50.º Aniversário do início da Guerra do Ultramar

Por Cor. Ref. Manuel Bernardo

*(...) Quando a guerra colonial começou em Angola, com os massacres da UPA, em Março de 1961, se Salazar tivesse feito um referendo nacional sobre a questão de mandar tropas para lá, teria conseguido o apoio popular. (...)*

Alm. Rosa Coutinho, em 1994 (in “Memórias da Rev.”/2004)

Já se podia depreender que a dita sociedade civil, demasiado enfrascada com as teorias esquerdistas e com os seus porta-vozes de doutrinas utópicas sempre prontos a vir a terreiro defender o indefensável, provocassem um grande alarido na Imprensa. Até o poeta Manuel Alegre despertou do sono letárgico em que se encontrava desde as eleições presidenciais, logo acolitado por Pezarat Correia e pelo Presidente da Associação 25 de Abril.

Para Alegre o Presidente da República “fez uma declaração contrária ao espírito e à letra da Constituição, que recentemente jurou cumprir e fazer cumprir” e que pretendeu fazer uma revisão da História. Se o ridículo matasse...

Pezarat diz que o discurso é extremamente censurável e pouco pedagógico, por dar a entender que era uma guerra justa, enquanto Lourenço afirma poder ser um apelo a que a juventude embarque em missões sem sentido, como a guerra colonial.

Que alguns jornalistas, poucos militares e elementos da geração “à rasca” considerem (por ignorância sobre o sucedido), ser uma ofensa muito grave a defesa feita pelo Presidente do esforço da geração de 60, na defesa inicial dos seus contemporâneos angolanos, depois de violentos massacres – 1.200 brancos e cerca 6.000 negros, no N do território, poderá ser desculpável.

Agora, considero inaceitável que pessoas conhecedoras da História recente portuguesa, como António Costa Pinto, num período de grande instabilidade actual no Norte de África, venham fazer críticas infundadas. Diz este historiador que as palavras de Cavaco Silva levam a “parecer-lhe evidente que, hoje em dia, não tem impacto propor valores destes à juventude e que esta referência ao passado não é mobilizadora no presente”.

Então é necessário haver um ataque terrorista em Portugal, como o 11 de Setembro nos EUA, ou um 11 de Março em Espanha, para a juventude portuguesa acordar para a realidade europeia?

## **“Para Angola e em força” (Salazar)**

Como afirma o insuspeito (neste caso) Rosa Coutinho, a mobilização das Forças Armadas para Angola foi consensual na sociedade portuguesa. Não se tratou apenas de “uma juventude obrigada pela ditadura a embarcar para os confins do Império”, como refere João Marcelino, director do “DN”.

Foi uma Nação em armas que se levantou para enfrentar os violentos e cruéis atentados terroristas desencadeados em Angola, em Março de 1961, com as Forças Armadas (FA) a cumprir depois a sua missão, até os políticos conseguirem negociar o fim do conflito, como ocorreu em quase todas as guerras deste género.

Qualquer conflito armado, nomeadamente de grande duração, como o que Portugal enfrentou, tem uma fase inicial onde se pretende enfrentar o adversário e ocupar o terreno devastado e ganhar o apoio das populações nativas, tendendo para um equilíbrio. Depois, o objectivo normalmente será de conseguir maiores vitórias e colocar-se em posição de maior vantagem para negociar de acordo com os interesses

do Estado. Apenas a partir desta altura, em que negligentemente o Governo de Salazar/Caetano não quis avançar, na segunda metade da década de sessenta (com a última hipótese de concretização em 1972, na Guiné, com medo do efeito dominó...), se poderão fazer críticas, como as de Louçã, Raquel Freire, Pedro Alves e José Soeiro.

Foi esta posição do dever das FA aguentarem o conflito até à solução política, a defendida pelo Professor Adriano Moreira, no lançamento da sua última biografia na Sociedade de Geografia, há um mês atrás. Também este professor na conferência evocativa dos 50 anos, em 15 de Março passado, no mesmo local, mas na Sala Portugal, aquando da cerimónia oficial e perante as autoridades civis e militares, lembrou a frase do padre António Vieira, a propósito da Instituição Militar e dos Militares: *“Pode ser que os queiras algum dia e não os tenhais”*.

Felizmente que ainda existem comentadores e jovens como Pedro Lomba, que dotados de realismo político publicam textos como este (“Público” de 17-3-2011):

*(...) Pois, como outros dizem, não apaguem a memória. Os antigos combatentes são mesmo um exemplo. E isto, repito, não é reescrever a História. A História está escrita. Tem sido escrita. Não pode é ser a História contada pelos que dela se apropriaram.*

*Se Louçã percebesse, já não digo valorizasse, um mínimo da ética militar, um mínimo da continuidade de valores que deve animar um país, não diria que existiam umas Forças Armadas da "ditadura e do colonialismo" e outras da democracia. Existia um regime da ditadura, tal como existe outro regime da democracia. Sim, não são iguais. Mas o dever militar, que, entre outras coisas, requer obediência e prontidão, esse tem de ser o mesmo. A culpa e a responsabilidade pertencem aos políticos. Os portugueses impreparados que irresponsavelmente partiram para a Flandres em 1918 sabiam disso.*

*Louçã e companhia, na sua falta de gratidão e respeito pelo passado, gostariam de esconder os antigos combatentes, fechá-los num armário para que eles não apareçam, porque são a memória de um tempo iníquo. E dizem-se eles democratas e liberais. Não vejo onde.*

De facto é o que, até há pouco tempo, a generalidade dos governos pós-25 de Abril têm feito. E termino recordando o que o Bispo e Capelão-Mor das FA, D. Januário Torgal Ferreira afirmou nesse dia evocativo do 15 de Março:

*(...) Em vez de paixões, de agressividades retóricas, de gente que se exalta não sei porquê, bem mais consequente seria lançar a mão aos sofrendores e aos injustiçados.”*

PS: Não quero deixar de esclarecer Pedro Lomba que maior infâmia do que a acusação de Manuel Alegre ter sido desertor da Guerra do Ultramar, terá sido o facto dele, durante dez longos anos, aos microfones da Rádio Argel (emissora muito potente) ter apoiado os movimentos de libertação que nos combatiam em Angola, Moçambique e Guiné. Como se sabe o moral das tropas é muito importante nas operações militares, e nomeadamente na Guerra Subversiva.

Quis o Senhor Presidente da República exortar os jovens de hoje a viverem a determinação e o desprendimento dos jovens do nosso tempo, que fizeram a guerra do Ultramar.

Como não podia deixar de ser, logo vieram aqueles que, achando-se donos da verdade, atacam tudo o que possa ser, no seu entender, alguma espécie de elogio ao anterior regime que governou Portugal.

Tomando a “nuvem por Juno”, decidiram que o PR estava a elogiar o regime, em vez de perceberem que o referido Senhor estava a prestar uma homenagem à abnegação e coragem daqueles que combateram na guerra do Ultramar em nome de Portugal.

(Curioso até que o PR tenha referido os combatentes africanos que conosco combateram e foram na maior parte vilmente abandonados à sua sorte.)

Estes impolutos “pensadores”, (a maior parte criancinhas em 1974), vieram com uma certeza inabalável, explicar aos “ignorantes” Portugueses as nossas motivações, e até como foi a guerra, etc., etc., como se lá tivessem estado e o seu conhecimento da coisa fosse o único correcto.

E em vários lugares lá fomos apelidados daquilo que há muito não ouvíamos, com termos como: colonialistas, assassinos, torturadores, bárbaros, fascistas e por aí fora.

E então a grande razão para que não pudesse haver elogio, nem homenagem, à nossa geração, era porque não tínhamos sido voluntários, porque tínhamos sido obrigados, que se pudéssemos tínhamos fugido, e por isso mesmo, não havia determinação, nem desprendimento, nem coragem, nem lugar para homenagem.

Quer isso então dizer que se os militares que forem para uma guerra, (uma guerra a sério como aquela de que falamos), não forem voluntários, não são determinados, não são desprendidos, não são corajosos, não são merecedores de homenagem.

Esquece-se esta “malta” que assim fala, que esses jovens não tiveram a vida fácil, porque nada era fácil naquele tempo em Portugal.

Mas para a coisa se tornar mais complicada foi-lhes “dada” uma guerra que tiveram de fazer, e ao regressar, (aqueles que regressaram, apesar de tudo uma maioria), ainda tiveram que lutar sozinhos para se readaptarem à vida do seu país, uns a trabalharem que nem uns “desalmados”, outros a fazê-lo nos bancos das escolas superiores ou não, alguns, (muitos, quase todos), a lutarem diariamente com os fantasmas que trouxeram e a eles vieram agarrados, com a incompreensão de todos, às vezes até da própria família.

E foram estes jovens por todos desprezados, quer no passado, quer no depois presente próximo, que foram construindo o país em que agora estes pseudo-intelectuais peroram, como se lhes tivesse custado alguma coisa a vida que agora vivem.

Realmente continuamos a ser “carne para canhão” mas, desculpem-me o “marialvismo”, gostava que um desses me viesse dizer na cara aquilo que diz aos microfones, ou escreve em jornais, ou blogues.

Talvez, dos meus fracos quase 62 anos, ainda saísse algum desprendimento ou determinação para lhe enfiar duas lambadas bem merecidas.

E não me venham dizer que estou a branquear isto ou aquilo! Eu não sou *Omo* nem *Tide* e por isso não lavo, nem branqueio, estou apenas, repito apenas, a falar de combatentes e da forma como foram e são tratados.

Tenho dito.

Monte Real, 18 de Março de 2011

Joaquim Mexia Alves

## Autismos



FERNANDA  
CÂNCIO  
Jornalista

**N**a terça-feira, o PR fez um discurso em que apresentou os soldados da guerra "do Ultramar" como exemplo, pela sua "coragem, desprendimento e determinação", para os jovens de hoje. A coragem, o desprendimento e a determinação de quem era obrigado, num regime ditatorial, a ir para uma guerra condenada pela ONU. O discurso incluiu ainda uma saudação "de especial apreço" aos "militares de *etnia africana* que lutaram ao *nossolado*" - vincando assim a divisão clara que existe na cabeça de Cavaco entre "nós", os "brancos" (de etnia europeia!), *portanto* os portugueses, e os negros, que teriam então, de acordo com tal lógica, lutado do lado que não era o deles.

Qualquer que seja a opinião sobre o que Cavaco disse - sendo infelizmente possível que muita gente aplauda - é inegável ser a primeira vez que um PR da democracia apresenta a guerra colonial como uma gesta a imitar, e assume tão claramente o seu racismo (não há outra palavra, e tenho mesmo pena). Mas durante todo o dia ninguém nas TV, rádio e jornais *online* parece ter-se dado disso conta. A maioria das notícias que veicularam o discurso tinham aliás como título referências à actual crise política e ao facto de o PR não a comentar. Este silêncio noticioso explica em parte a quase

total ausência de reacções institucionais (excepção para o BE, com Louçã a escrever uma crítica contundente no Facebook). As primeiras peças sobre o assunto só surgiram na quarta - e isso apesar de desde o início da tarde de terça blogosfera, Twitter e Facebook terem explodido em censuras ao discurso.

Muito há a dizer sobre o que Cavaco disse; mas por mais grave que seja, e para mim é, a gravidade do autismo jornalístico assim exposto surge-me bem pior. Alheios a tudo o que não seja a superficialidade artificial da guerrilha político-partidária, os jornalistas são cada vez mais incapazes de perceber o que vêem e ouvem. Vão para os sítios com guião: "Vê se ele comenta não sei quê/responde a não sei quem." Pensamento zero. Interpretação e reflexão, nada. E isso, é preciso dizê-lo, contamina a actividade política e a sociedade em geral. Explica em parte que, perante mais um pacote de medidas gravosíssimas que incluem, incrivelmente, o congelamento das pensões mais baixas, não tenhamos tido, da parte do Executivo, uma fundamentação, quantificada e justificada (Quanto vale esse corte? Por que raio se corta aí e não noutra lado?) dessa proposta; explica que na sua entrevista o PM não tenha sido questionado sobre tal.

Não explica, claro, que não tenha ele próprio percebido que era sobre isso, e não sobre o que o PSD faz ou deixa de fazer, que o queríamos ouvir; não explica que não tenha começado por assegurar aos portugueses que entende a sua revolta e amargura (expressas nas manifs de sábado) e as tem em consideração.

E uma escolha, isto de fazer da política uma bulha de *sound bites*, insultos, perdigotos e claque. É isso que queremos?

## Guerra do povo à guerra colonial!

O Presidente da República gostaria que os jovens de hoje se empenhassem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, desprendimento e determinação com que os de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar.

Mas há 50 anos, e até há 37 anos, não houve só uma guerra - houve duas. Por isso gostaria de lembrar a frase que nos anos que antecederam o 25 de Abril aparecia pintada em muitas ruas deste país: "Guerra do Povo à Guerra Colonial!"

Queria lembrar essa frase, para lembrar os jovens que a pintavam, e que com isso, e com a guerra que faziam ao regime e à sua sinistra guerra colonial, arriscavam ser presos, arriscavam ser torturados, arriscavam ter que se exilar, arriscavam ter a sua vida estragada por muitos anos. É pela coragem, desprendimento e determinação desses jovens de então (sejam eles o que forem hoje em dia) que eu, que vivi muito jovem esses tempos, tenho profunda admiração. É nesse exemplo que eu gostava que os jovens de hoje em dia se inspirassem, não nos que se viram envolvidos numa guerra absurda que não podiam ou queriam evitar. A guerra à guerra foi outra

guerra. Mas essa guerra é que nos deveria orgulhar e ser tomada como exemplo.

Pedro Borges, Lisboa

## Obrigado, Pedro Lomba

Obrigado por lamentar a ingratidão. Obrigado por ter defendido a geração do seu pai. Obrigado por defender a honra dos ex-combatentes. Obrigado por se levantar contra os cobardes de hoje. Obrigado pelos que morreram em combate. Obrigado pelos feridos em combate. Obrigado pelos que sobreviveram. Obrigado pelo respeito por quem cumpriu. Obrigado pela sua coragem.

Afonso Cabral, Porto

cartas à direcção  
Pub 18Mar2011 pág.40



Vasco Pulido Valente

Pub 18Mar2011 últ. pág.

**O**eng. Sócrates comprometeu Portugal em Bruxelas com o PEC IV, sem comunicar coisa alguma ao Parlamento, ao Presidente da República, aos partidos da oposição e aos parceiros sociais. Quando umas tantas pessoas protestaram, o eng. Sócrates respondeu, indignadamente, que o que lhe importava não era a "forma", era o "conteúdo" do que fizera. Só em Portugal esta explicação poderia ter passado sem um escândalo maior ou mesmo sem a demissão imediata do primeiro-ministro. Convém explicar porquê à ignorância indígena. A democracia é "forma". Só as ditaduras se justificam pelo "conteúdo". Uma ditadura não hesitará em invocar - como, de resto, invocou - a "defesa de Portugal" para meter por seu arbítrio os portugueses numa guerra colonial. A democracia, em que teoricamente vivemos, exige que se respeite a "forma", que em última análise legítima qualquer decisão política.



11608

5 602831 000041

[ Correio da Manhã, sábado 19 Mar 2011 - última página ]

## A VOZ DA RAZÃO

**JOÃO PEREIRA COUTINHO**

COLUNISTA

# O regime e os rapazes

Vale a pena ler a biografia de Salazar escrita por Filipe Ribeiro de Meneses. Sobretudo as páginas dedicadas às guerras coloniais em que o dr. Salazar meteu o país há 50 anos. Haverá melhor exemplo de fanatismo? Duvido. Primeiro, pela negação do regime em proceder a uma transição possível e ordeira para uma autonomia negociada. E, depois, quando o conflito parecia instalado, pela relutância, até financeira, em defender eficaz-

---

## Os rapazes que serviram em África eram bem melhores do que o regime

mente as populações sitiadas pela violência dos rebeldes. As guerras coloniais não recomendam o Estado Novo. Mas é preciso fazer uma distinção qualitativa entre o regime e os rapazes. Porque os rapazes que serviram em África eram bem melhores do que o regime. Ou, para sermos rigorosos, do que os regimes: aquele que os enviou para lá; e aquele que os recebeu e esqueceu quando de lá voltaram. Essa distinção é um princípio de respeito pelos vivos e pelos mortos. A incapacidade para a fazer, como se viu por aí nas reacções boçais às justas palavras de Cavaco Silva, apenas mostra como uma parte deste regime não se distingue da mendacidade do anterior.

in: <http://vaidinamite.blogspot.com/2011/03/guerras-ultramarinas-50-anos.html>

Domingo, 20 de Março de 2011

Guerras Ultramarinas - 50 anos



### **MEMÓRIAS DA GUERRA ULTRAMARINA – 50 ANOS**

A tragédia que anunciou o fim do Império ultramarino chegou em 4 de Fevereiro de 1961 a Luanda. A Casa de Reclusão Militar, a Cadeia de São Paulo e a 4ª Esquadra da PSP, foram atacadas por grupos de insurrectos que as assaltaram. A refrega sangrenta deu sete polícias e algumas dezenas de bandoleiros mortos. Foi uma madrugada de raiva que se anunciava por causa dos conflitos laborais com os trabalhadores produtores de algodão na Baixa do Cassange. A agitação na cidade de Luanda era perceptível desde que as autoridades portuguesas começaram a prender os cabecilhas da revolta contra a empresa Cotonang, que quis obrigar os agricultores a cultivar o algodão a preços mais reduzidos. O sossego em Luanda terminou abruptamente. No dia do funeral dos polícias, e nos dias que se seguiram, a população branca avançou contra as populações dos muceques e abateu centenas de negros. Foi o atíçar do ódio que se veio a espalhar pelas terras do norte de Angola, a partir do dia 15 de Março de 1961. Este dia ficará na memória de muitas famílias de colonos como o mais trágico acontecimento no norte de Angola. As atrocidades foram tão violentas e dramáticas que ninguém podia ficar indiferente à quantidade de vítimas, entre as quais, muitas mulheres e crianças esventradas.

Os primeiros militares intervenientes, que resistiram ao tempo, têm gravado na memória os dramáticos acontecimentos ocorridos durante as missões que os levaram até aos confins daquele vasto território. As picadas cortadas com abatisses ou valas profundas demoravam muitos dias a percorrer; o inimigo astuto, escondido entre o capim, aproveitava para atacar nos locais mais complicados para a defesa; as chuvas provocavam lamaçais de difícil progressão; o apoio aéreo, muito escasso, era um factor de preocupação permanente no socorro e evacuação aos feridos. Estes eram os principais obstáculos que os bravos soldados portugueses tiveram de enfrentar, até se conseguir estabilizar a ocupação das localidades vandalizadas, o que demorou cerca de cinco meses.

Nos primeiros tempos da guerra, os combatentes dos reduzidos efectivos militares tiveram que se esforçar até aos limites das suas capacidades humanas para socorrer as populações isoladas nos locais mais desprotegidos das povoações da região afectada pelos bandoleiros. Depois das atrocidades dos primeiros dias, os que escaparam, fugiram para outros locais na busca de protecção; muitas das vezes, acabaram por cair nas mãos dos sanguinários da UPA (União das Populações de Angola), que os mutilaram, deceparam e mataram.

As tropas mais activas e bem preparadas estavam a braços na contenção da revolta dos camponeses do Cassange e nas buscas aos muceques de Luanda. As companhias de Caçadores Especiais avançaram na reconquista das picadas e povoações dos Dembos, tendo sido a 6ª companhia que mais se notabilizou a dizimar tudo que era preto, com o Alferes Fernando Robles a destacar-se na guerra do “olho por olho, dente por dente”; a sua acção na reconquista do terreno da UPA ficou marcada por numerosas baixas entre mortos e feridos. A 5ª companhia andou a bater a zona do Caxito e Úcua, com recurso ao sistema da psico-social para acolhimento das populações, mas bastante repressivo para com os negros acusados de serem infiltrados da UPA.



Para socorrer os colonos e populações atacadas pelos bandoleiros, destacaram-se os grupos de Pára-quedistas organizados em secções, com especial relevo para a defesa das povoações de 31 de Janeiro, Damba, Maquela do Zombo, Sacandica, Quibocolo, Bungo, Songo, Mucaba, Lucunga e outras onde foram necessárias acções rápidas e eficazes. Destacaram-se alguns elementos mais ousados, entre eles, o Alferes Mota da Costa, os Tenentes Veríssimo e Mansilha, o sargento Santiago, os soldados Eugénio Dias e Pimentel. No decorrer das primeiras missões, morreram em combate o Alferes Mota da Costa, o soldado Domingos e o cabo Almeida Cunha (este por não se ter aberto o pára-quedas ao saltar sobre a serra da Canda).

Para avançar com mais força para a reconquista das terras tomadas pela UPA, foram mobilizados os Batalhões de Caçadores 96 e 114 e o Esquadrão de Cavalaria 149, para a reconquista de Nambuangongo (santuário das forças da UPA), com o custo de várias dezenas de mortos e centenas de feridos. A Força Aérea foi conquistando os céus do norte de Angola à medida que foram sendo activadas pistas nas povoações; as condições logísticas e materiais permitiram apoiar os Pára-quedistas nas grandes operações de reconquista de Quipedro, Serra da Canda, Sacandica e Inga, locais de difícil acesso por terra.



Ainda no tempo da reconquista e ocupação de posições no terreno, o Manuel Joaquim da Rocha Bastos, pertencente à Companhia de Caçadores 168 do BCaç159, relatou duas situações bem complicadas no “baptismo de guerra”:

- *“Quando a companhia seguia de Catete para a fazenda Maria Teresa, sofremos uma forte emboscada, com tiros vindos do meio do capim; o combate foi prolongado e a reacção obrigou à retirada do inimigo, mas atingiu um companheiro que não resistiu e*

*morreu. O comandante da força entendeu que os bandoleiros não deviam ficar sem resposta adequada e pediu reforços ao Batalhão; com mais um pelotão, desencadeou uma batida por toda a zona e durante dois dias limpámos tudo que nos parecesse bandido. Mais tarde, instalados em Quipedro, não nos deram sossego durante quatro meses, havia semanas em que os ataques eram diários, o que nem permitia a aproximação e aterragem das avionetas para reabastecer ou levar o correio. Tivemos alguns confrontos directos com os bandoleiros, pois chegaram ao ponto de nos desafiar para fora do arame farpado e na zona onde aterravam os aviões.”*



A guerra durou treze longos e dolorosos anos, por ela passaram mais de um milhão de combatentes, que deram o seu melhor ao serviço duma causa que pouco lhes dizia. Serviram a Pátria que juraram defender, independentemente de ideologias ou de sofismas. Dos cerca de 10.000 mortos, mais de 1.700 ficaram lá abandonados em cemitérios espalhados pelos mais distantes locais. A guerra deixou mais de 30.000 deficientes; muitos outros regressaram com graves sequelas no corpo e na alma, com as quais vivem os dramas dos traumas e das doenças que lhes tolgem a vida. Mas a grande maioria desses homens souberam manter intacta a dignidade dos bons portugueses, mesmo quando os governantes os desprezam e ostracizam. Foram estes oitocentos mil que, sem qualquer apoio ou reconhecimento pelo serviço prestado à Pátria, se instalaram nas mais diversas actividades produtivas, investindo os seus conhecimentos e dinheiros ao serviço de Portugal. Foi tal o desprezo e a humilhação manifestada pelos poderes públicos que alguns milhares acabaram por seguir o rumo da emigração. A persistência das Associações de Combatentes permitiu que o Estado começasse a prestar alguma ajuda aos antigos combatentes mais necessitados; especialmente a Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra tem prestado valioso apoio médico e logístico, além dos projectos que estão em curso para construção de estruturas capazes de alojar os

que vivem mais isolados e carenciados; é um trabalho meritório que devemos apoiar com brio e convicção, mas estaremos atentos aos protagonistas indesejáveis.



Como disse há algum tempo, num debate público sobre a aferição dos valores que equilibram uma sociedade racional, mantenho a opinião de que a questão dos heróis sempre incomodou os cobardes e os acomodados. Seja no combate para defesa da Pátria, seja no combate aos fogos ou nas missões de salvamento das populações atingidas por flagelos e tempestades. A questão é mais pertinente quando ouvimos dizer e lemos comentários a tentar distorcer esses valores, referindo que os que desertaram foram mais corajosos do que os que foram para a guerra; que os cobardes são aqueles que aceitaram ir combater nas terras ultramarinas. Os valores da solidariedade, da colaboração, da defesa dos princípios democráticos e da paz não dependem de ideologias ou de regimes políticos; aceitam-se, defendem-se e praticam-se. Não há meias tintas; ou se é bom cidadão ou não. Os marginais, os parasitas, os cobardes e os traidores são nocivos à sociedade; uns porque são criminosos, outros são acomodados; é preciso reagir, ser solidário e produtivo. São esses arautos do laxismo e do facilitismo que degradam os valores que devem balizar a aquisição dos conhecimentos necessários ao desempenho com competência, saber e respeito.

Sabemos que já lá vão 50 anos e o assunto das guerras ultramarinas não é tema recorrente nas escolas; o que é vergonhoso para a história de um país que deixou centenas de pessoas desenraizadas ou traumatizadas para o resto das suas vidas. Todos devem merecer respeito pelos anos passados em situações de perigo, sofrimento e privações de toda a ordem; uns aguentaram e foram valentes, outros fraquejaram e continuam a sofrer. Ainda somos muitos com direito de voto democrático, saberemos usá-lo com sentido do dever cumprido.

*Joaquim Coelho - combatentes em Angola, por convicção; em Moçambique,*  
*por*

*imposição.*

(Publicado na revista "O Veterano de Guerra" da APVG)



Por coincidir com as minhas opiniões, faço vénia ao autor e deixo o seguinte Texto:

### **Lamentável é a ingratidão**

Público 2011-03-17, por Pedro Lomba

A guerra colonial começou há 50 anos. Não é do meu tempo. Só não tem o significado da guerra do Peloponeso, porque, digamos, foi uma guerra que envolveu Portugal, e Portugal sempre é o país onde nascemos. É difícil falar dela sem ceder às brigadas do politicamente correcto. Não foi o caso do Presidente da República, que, numa cerimónia de homenagem aos antigos combatentes, invocou o exemplo da "coragem" e do "desprendimento com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar".

Isto, que em qualquer democracia digna não mereceria mais do que uma nota de pé de página, no nosso Portugalinho ainda não se pode dizer. O policiamento a que somos invariavelmente sujeitos deprime. A terreiro tinha logo de vir o Danton do burgo, Francisco Louçã, criticar Cavaco por "reescrever a História" e "distinguir a intervenção militar". E acrescentou a seguir o líder do Bloco de Esquerda: "Cavaco Silva está em guerra com o passado. Só assim se compreende comparar as "Forças Armadas de hoje com as da ditadura e do colonialismo."

Nunca me ocorreu fazer o mais leve reparo sobre aqueles que, tendo sido forçados pelo regime a combater uma guerra de que discordavam frontalmente, resolveram desertar, fugir ou exilar-se. (Recordo que essa infâmia foi arremessada contra Manuel Alegre nas últimas presidenciais.) Não é só por falta de legitimidade histórica ou política. Por uma questão básica de respeito: eles tinham convicções e se há exercício que testa genuinamente a consciência liberal de uma pessoa é esse. Nenhum Estado, nem mesmo numa democracia quanto mais numa ditadura, pode dispor em absoluto das convicções

de consciência de uma pessoa. E não preciso dizer que muitos são credores do nosso agradecimento: lutaram por uma democracia que, apesar de ter chegado a este estado doentio, será sempre superior às alternativas.

Pelas mesmas razões, tenhamos a coragem de "vestir a pele" dos muitos portugueses nascidos na década de 30-40 que tomaram a decisão precisamente contrária. Melhor, que não tomaram qualquer decisão, porque encararam a participação na guerra como um facto inevitável. Foram muitos. Entenderam que o seu dever era estar ali. Fizeram-no pagando um preço pessoal elevado. Para a maioria, presumo, não era Salazar nem Caetano. Eram eles próprios, era o sentido do dever, da dignidade e da sobrevivência. Muitos eram milicianos, não eram bem-nascidos nas burguesias de Lisboa como o próprio Louçã e outros, não tinham tempo para pensar em política. E o que tem Louçã para dizer a esses portugueses: que estavam enganados, que todo aquele empenho, coragem e honra não merecem nenhum respeito, reverência ou admiração. Que eles não são, nem podem ser exemplo para ninguém. É isto que a cabeça totalitária de Francisco Louçã tem para lhes dizer.

Pois, como outros dizem, não apaguem a memória. Os antigos combatente são mesmo um exemplo. E isto, repito, não é reescrever a História. A História está escrita. Tem sido escrita. Não pode é ser a História contada pelos que dela se apropriaram.

Se Louçã percebesse, já não digo valorizasse, um mínimo da ética militar, um mínimo da continuidade de valores que deve animar um país, não diria que existiam umas Forças Armadas da "ditadura e do colonialismo" e outras da democracia. Existia um regime da ditadura, tal como existe outro regime da democracia. Sim, não são iguais. Mas o dever militar, que, entre outras coisas, requer obediência e prontidão, esse tem de ser o mesmo. A culpa e a responsabilidade pertencem aos políticos. Os portugueses impreparados que irresponsavelmente partiram para a Flandres em 1918 sabiam disso. Louçã e companhia, na sua falta de gratidão e respeito pelo passado, gostariam de esconder os antigos combatentes, fechá-los num armário para que eles não apareçam, porque são a memória de um tempo iníquo. E dizem-se eles democratas e liberais. Não vejo onde.

Jurista

<http://tabancadeganture.blogspot.com/2011/03/cavaco-silva-elogia-politica-colonial.html>

"Cavaco Silva elogia política colonial de Salazar"

O Presidente da República, Cavaco Silva, prestou hoje uma homenagem aos combatentes portugueses da guerra colonial de 1961/74, considerando que o regime de então estava a cumprir uma missão patriótica.

Cavaco Silva, além de fazer uma interpretação errada da História, efectuou igualmente um elogio - sem o citar, claro - ao papel desempenhado pela ditadura de António de Salazar, que esfacelou uma parte da juventude portuguesa numa guerra injusta, ao mesmo tempo que atolou o País no lamaçal da depressão económica e expulsou cerca de um milhão de portugueses para a emigração.

Ao solicitar ao jovens de hoje que se empenhem "em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem e determinação com que fizeram os militares que participaram há 50 anos na guerra do Ultramar", Cavaco Silva estão a efectuar um apelo a novas missões coloniais, com intervenções em zonas territórios que estão sob a alçada de poderes e potências imperiais.

E ao fazer este apelo, o actual Chefe de Estado está a renegar, exactamente, todos aqueles que fizeram e participaram no 25 de Abril de 1974. justamente para acabar com um guerra que nada tinha de patriótica e nem seguida pelos que nelas estiveram envolvidos como combatentes, que, por acaso, não foi o caso dele.

O combatente português foi carne para canhão ao serviço do regime ditatorial de Salazar e Caetano e desprezado mais tarde, por falta de apoio, por todos aqueles que estiveram até agora no poder no pós-25 de Abril.

(opinião de Serafim Lobato, ex-oficial fuzileiro que cumpriu serviço militar na Guiné, publicada às 16:55 de 15Mar2011)

---

<http://aventar.eu/2011/03/15/o-presidente-de-todos-os-colonos/>

"O presidente de todos os colonos"

"Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar", afirmou o chefe de Estado, Aníbal Cavaco Silva.

Há todo um déjà vu nesta notícia, amplificado pelo cuidado com que o jornalista recuperou a hoje inconstitucional expressão "chefe do Estado" (já agora chefe era com maiúscula).

Há todo um apelo à mais pura infâmia, à cobardia dos que não desertaram e partiram para matar, à determinação salazarista que levaria Portugal à catástrofe colonial.

Salazar é sem dúvida o herói deste Cavaco, que lhe segue os passos no que pode, e nós deixamos.

(opinião de João José Cardoso [quem?!], publicada em 15Mar2011)

---

<http://avatares-de-desejo.blogspot.com/2011/03/jovens-determinados-e-desprendidos.html>

"Jovens determinados e desprendidos"

Por aquilo que tantos ex-combatentes foram obrigados a sofrer sob os caprichos da ditadura, pela absurda defesa da Guerra Colonial como uma missão patriótica tanto tempo depois do 25 de Abril, é absolutamente incompreensível que este "apelo" de Cavaco Silva tenha passado incólume nos telejornais. Seria absolutamente incompreensível que nenhum actor político relevante visse nestas declarações razão suficiente para a demissão de Cavaco.

(publicado por Bruno Sena Martins [quem?!] em 16Mar2011)

---

<http://daliteratura.blogspot.com/2011/03/conta-me-como-foi.html>

"Conta-me como foi"

Declaração do Presidente da República, hoje de manhã, no Forte do Bom Sucesso, à saída da cerimónia de homenagem aos combatentes:

«Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar.»

Entre a divulgação do statement (14:44h) e o momento em que escrevo, a frase citada desapareceu da notícia do Público. Porquê?

Não sei o que pensam os embaixadores de Angola, da Guiné e de Moçambique acreditados em Lisboa. Mas sei o que pensam os milhares de desprendidos que sobreviveram a catorze anos de guerra.

Adenda. Em despacho das 19:39h que vi agora (22:20h), o Público repõe as declarações na íntegra.

(opinião de Eduardo Pitta [quem?!], publicada em 15Mar2011)

---

<http://cantigasdomaio.blogspot.com/2011/03/cavaco-esta-fora-de-prazo.html>

"Cavaco está fora de prazo!"

Terça-feira, Março 15, 2011 Cavaco está fora de prazo!

"Importa que os jovens deste tempo se empenhem em missões e causas essenciais ao futuro do país com a mesma coragem, o mesmo desprendimento e a mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar."

Esta inacreditável afirmação foi hoje proferida por Aníbal Cavaco Silva que, deve ter-se "esquecido" que, felizmente, a Guerra Colonial acabou há 36 anos e já vivemos há outros tantos numa democracia (mesmo que às vezes não pareça!).

Definitivamente, quem aponta como exemplo para os jovens de hoje um infausto acontecimento da nossa história, que não serviu os verdadeiros interesses do povo português e constituiu um atentado ao direito à autodeterminação e independência dos povos das ex-colónias, no qual a esmagadora maioria dos militares foi obrigada a participar, não tem estatura política para ser chefe de Estado de um país democrático. De resto, isto não chega a ser surpreendente, vindo de quem, em 1989, como Primeiro-ministro, foi capaz de atribuir uma pensão "por serviços excepcionais e relevantes" a dois inspectores da antiga PIDE/DGS (um dos quais envolvido no tiroteio da rua António Maria Cardoso que causou os únicos quatro mortos da Revolução de Abril) e a recusou ao capitão de Abril, Salgueiro Maia. É "apenas" absolutamente lamentável. E cheira a mofo que tresanda!

Cavaco está fora de prazo (se é que alguma vez não esteve...!)

(publicado por Aurélio Malva [quem?!], em 15Mar2011)

---

<http://apombalivre.blogspot.com/2011/03/cavaco-os-jovens-as-ideias-de-cavaco-e.html>

"As ideias de Cavaco e o que ele espera da juventude"

Cavaco, os jovens, as ideias de Cavaco e o que ele espera da juventude, sendo que para ele jovens são apenas os que pensam como ele e os dele.

O Presidente da República instou hoje os jovens portugueses a participarem em "missões e causas essenciais ao futuro do país", pedindo "a mesma coragem, o mesmo desprendimento e mesma determinação com que os jovens de há 50 anos assumiram a sua participação na guerra do Ultramar".

Cavaco silva gosta imenso de jovens, especialmente daqueles que podem servir as suas ideias e a maneira como vê o mundo, em particular o mundo português. E sempre que pode Cavaco deixa muito a claro tudo o que pensa e tudo o que pede, sendo que nunca se esquece de promessas dirigidas aqueles que acreditam que ele cavaco tudo pode e tudo quer.

Cavaco fez discursos à Nação e em todos esses discursos se dirigiu aos mesmos. A gente de uma direita voraz que se julga com direito a tudo e com direito sobre todos os que pensarem de modo diferente. Cavaco sabe pois a quem deve dirigir as suas promessas e sabe a quem dirigir os seus pedidos.

E a propósito da homenagem aos soldados que serviram na Guerra colonial fascista de salazar, Cavaco nem hesitou.

E mais uma vez fez um discurso dirigido apenas aos que pensam como ele, deixando de parte mais de metade de Portugueses que são os tais que não pensando como ele, não lhe interessam.

Para Cavaco silva a Guerra colonial foi feita por jovens que decidiram seguir a injusta guerra fascista de salazar.

Sim claro que era possível que metade dessa juventude perdida talvez pensasse desse modo. Mas sabemos sem margem para dúvida que mais de metade dos jovens que ali combateram odiava essa guerra e os que a ela os conduziram.

Ora essa metade Juventude Portuguesa nunca interessou a salazar. E está mais que visto, também não interessa a cavaco.

(publicado por Maria Henriques [quem?!], às 20:00 de 15Mar2011)